

Crítérios de classificação dos gêneros de jornalismo diário¹

Juliana Sayumi KOBAYASHI²

Paulo da Rocha DIAS³

Universidade Federal do Mato Grosso, Mato Grosso, MT

RESUMO

O presente trabalho busca estudar categorias de classificação do gênero jornalístico. Estes são determinados por manifestações culturais, avanços tecnológicos, modo de produção, ou seja, o contexto histórico no qual estão inseridos. Eles podem evoluir, sofrer modificações, originar novos formatos, resistir a um longo período de tempo, ou simplesmente desaparecer. Portanto, realizar uma classificação geral dos gêneros jornalísticos é impossível, já que são dinâmicos e estão em constante transformação. Por esse motivo, este trabalho não tem a pretensão de ser uma classificação rígida e universal, mas irá apresentar e caracterizar a estrutura de classificação dos gêneros conforme estudo realizado pelo Prof. Dr. Paulo da Rocha Dias.

PALAVRAS-CHAVE: critérios de classificação; gêneros jornalísticos; jornalismo

TEXTO DO TRABALHO

As unidades redacionais que compõem o campo da comunicação são ilimitadas. Contudo, mesmo aqueles que não são estudiosos da área, são capazes de delimitar algumas dessas categorias. Referente à comunicação, é possível levantar dezenas de tipos de unidades. No campo específico do jornalismo, algumas categorias são mais comuns e de conhecimento geral, como entrevista, artigos e notícias. Esses inúmeros modos de estruturar o texto são pesquisados pelos estudiosos dos gêneros da comunicação. Para melhor compreendê-los é preciso organizá-los em categorias, sendo que essa classificação parte do campo macro para o micro, do geral para o particular (DIAS, 2012, p.01).

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 12 a 14 de junho de 2017.

² Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea e graduada em Comunicação Social – habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Mato Grosso. Estudante de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso, e-mail: kobayashi.js@gmail.com

³ Orientador do Trabalho. Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso, e-mail: diaspr@terra.com.br

O filósofo grego Aristóteles foi o primeiro a estudar questões relacionadas ao processo de classificação, na tentativa de classificar tudo o que existia no mundo. Os atuais estudiosos dos gêneros da comunicação, utilizam como base a classificação dos gêneros discursivos e da literatura, por eles estabelecidos (DIAS, 2012, p.02). Estudar gêneros é estudar suas estruturas e classificações que compõem a identidade dos textos enquanto objetos científicos. O processo de classificação é composto por quatro etapas: a observação, a constituição de hipóteses, a forma e o conteúdo, e a recepção pela organização social (DIAS, 2012, p.07).

Ao classificar, agrupar e separar qualquer objeto de estudo, é necessário partir de um critério ou método estabelecido previamente. Geralmente, as bases mais comuns são partir das semelhanças e diferenças que existem entre as unidades comunicacionais. No processo de observação, indicaremos quais unidades “são suficientemente semelhantes para estarem em um mesmo grupo e, ao mesmo tempo, suficientemente diferentes para não se confundirem umas com as outras” (DIAS, 2012, p.1-2). Esse conhecimento estabelecido unicamente na observação, com base em deduções, é denominado conhecimento empírico.

Contudo, a pesquisa científica não se limita ao critério empírico para classificar seu objeto de estudo. Quando uma unidade comunicacional é estudada, são estabelecidas hipóteses sobre sua formação, buscando verificar as relações de igualdade e diferença entre diversas unidades, ampliando os conhecimentos que não poderiam ser estabelecidos apenas pela observação direta (DIAS, 2012, p.2-3). John Ray⁴ é o primeiro estudioso que conseguiu estabelecer um critério mais seguro de classificação que não se baseia exclusivamente na observação empírica. Ele combina o empirismo com o saber teórico, adicionando à observação uma hipótese, trabalhando cientificamente para prová-la (DIAS, 2012, p.4).

Um exemplo de um critério estabelecido pelo autor que vai além do empirismo é a ancestralidade. Segundo John Ray (1959, p.130 apud DIAS, 2012, P.3) “uma espécie é um grupo de indivíduos semelhantes que têm ancestrais comuns”, ou seja, conforme a teoria da evolução estabelece, aqueles organismos que possuem estruturas semelhantes

⁴ John Ray foi um naturalista e botânico inglês muito influente cujas contribuições à taxonomia (ciência que classifica os seres vivos) são consideradas inovadoras e históricas.

estão intimamente relacionados. Esse mesmo pensamento pode ser aplicado às unidades redacionais. Muitas apresentam diferenças tão pequenas que não são percebidas pelo cidadão comum. Contudo, são essas pequenas características claramente identificáveis que delimitam subespécies de um texto. Concluimos assim que as unidades redacionais fazem parte da mesma espécie e possuem ancestrais em comum (DIAS, 2012, p.3-4).

John Ray também forneceu grandes contribuições ao campo da zoologia, ao desenvolver a classificação do reino. A partir desse trabalho, e do conceito de espécie desenvolvido pelo autor, o naturalista sueco Karl von Linné desenvolveu um novo sistema de classificação. Ele partia da ideia de que existiria um “tipo ideal” de organismo, portanto, todos deveriam partir de um padrão e aqueles fora desse, deveriam ser desprezados. Seu sistema acabou por reunir espécies semelhantes em números maiores que constituíram gêneros. O trabalho de observação empírica de Linné também levou à constatação de que espécies podem se extinguir (DIAS, 2012, p.4-5). O mesmo sistema de classificação pode ser aplicado ao jornalismo, separando por grupos aqueles que possuem características semelhantes baseado em um modelo padrão. Também se deve levar em consideração que modelos comunicacionais podem se extinguir.

Todavia, tanto a proposta de trabalho apresentada por John Ray quanto por Linné apresentavam uma falha, na medida em que acreditavam que o número de espécies fosse fixo e imutável. Entretanto, sabemos que não há uma constante, assim como um número limitado de espécies, e o mesmo se aplica às unidades comunicacionais. Existem diferentes meios de comunicação e ilimitadas formas de se expressar através deles. Além disso, essas unidades estão sujeitas a transformação, assim como ao esquecimento ou ressurgimento em um contexto diferente. Portanto não há um número fixo, limitado, não está estabelecida nenhuma constante e todas as unidades redacionais estão sujeitas a sofrer alterações (DIAS, 2012, p.4).

Após a observação e a formulação de hipóteses, o terceiro critério utilizado na classificação das unidades redacionais é o estudo da forma e conteúdo. Estudar a forma seria avaliar detalhadamente os elementos que compõem sua estrutura, interna e externamente, para apontar suas semelhanças e diferenças (DIAS, 2012, p.5). Por fim, o último elemento classificatório seria a realidade social na qual a unidade

comunicacional está inserida. É o contexto social que determina a utilização de uma determinada unidade, que conseqüentemente reflete esse contexto. Entendemos assim que:

[...] os gêneros da comunicação resultam de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. [...] A organização social e as condições em que a interação entre sociedade e organização jornalística acontece acabam condicionando as formas de expressão comunicativa. Se a organização social muda, a unidade redacional também poderá mudar (DIAS, 2012, p.6).

Sendo assim, é possível compreender porque algumas unidades comunicacionais acabam por ser mais valorizadas que outras. Essa valorização acaba por fazer com que essas evoluam, se transformem, ou desapareçam para retornar em outra época mais propícia. Através do pensamento elaborado até o presente momento, também é possível compreender que no campo do jornalismo, o gênero é proveniente de duas insituições: a jornalística e o organismo social, que seria o interlocutor e o contexto no qual está inserido. E conforme afirma Paulo da Rocha Dias (2012, p.7), o gênero seria esse espaço comum tanto ao locutor quanto ao interlocutor.

Baseado nesses critérios de classificação aqui estabelecidos, Paulo da Rocha Dias (2012, p.7-8) apresenta um trabalho de classificação de unidades jornalísticas. Primeiro foi realizado um trabalho de observação do conteúdo apresentado na revista *Veja* e no jornal diário *Folha de S. Paulo*. A hipótese estabelecida é de que determinadas formas discursivas evoluíram de outras. Ao aplicar os demais critérios percebeu-se uma dificuldade de classificação de determinadas unidades, assim como percebeu-se a evolução das unidades, comprovando a hipótese anteriormente formulada (DIAS, 2012, p.7).

Sendo assim, os gêneros jornalísticos podem sofrer grandes mudanças e originar novas unidades, também podem sofrer alterações superficiais, resistir a um longo período de tempo, ou simplesmente desaparecer. Portanto, realizar uma classificação geral dos gêneros jornalísticos é impossível, pois os gêneros são dinâmicos, estão em constante transformação. O desenvolvimento tecnológico, cultural, o surgimento de novos meios, a passagem do tempo, implicam em mudanças, na extinção de alguns gêneros, e no surgimento de novos tipos. Por esse motivo, este trabalho não tem a

pretensão de ser uma classificação rígida e universal, mas irá apresentar e caracterizar a estrutura de classificação do qual estes fazem parte, e pontuar os gêneros levantados até o presente momento pelo estudo realizado por Paulo da Rocha Dias.

No campo da comunicação é possível delimitar três conjuntos: o interpessoal (entre indivíduos), o grupal (um grupo de pessoas), e o massiva; sendo esse último de interesse à Ciência da Comunicação. A comunicação de massa é voltada para um público heterogêneo, que possui o mesmo comportamento, agindo por convergência, mas que está fisicamente separado, o que resulta em uma dificuldade de interação. Para compreender a comunicação de massa é preciso analisar a audiência, o comunicador, e o produto. Sendo que o produto precisa atingir uma grande quantidade de pessoas em pouco tempo. Ele também é perecível, e precisa ser consumido imediatamente.

Na comunicação de massas é possível distinguir oito modalidades que agrupam as características citadas anteriormente, entre elas estão a bibliográfica, a cinematográfica, a televisiva, a videográfica, cibernética, radiográfica e a periodística, que englobam os jornais e as revistas. Na modalidade periodística é possível distinguir quatro categorias: o jornalismo, a propaganda, a educação e o entretenimento. O jornalismo é caracterizado por quatro elementos listados por Otto Groth (apud MEDITSCH; SPONHOLZ, 2011, p.7): atualidade, universalidade, periodicidade e publicidade (divulgação coletiva). Na categoria do jornalismo, estudaremos os gêneros jornalísticos.

Os gêneros jornalísticos são produtos de dois fatores: o modo de produção jornalística e o organismo social. Sendo que “o gênero existe em função do interlocutor” (DIAS, 2012, p.7). Ele serve para orientar o leitor, permitindo que esse identifique seu formato; determinando a intenção e o discurso da unidade redacional: informar, opinar, interpretar, divertir; permitindo que este faça a escolha das informações que deseja consumir. Através do trabalho do Paulo da Rocha Dias (2012, p.8), é possível distinguir cinco gêneros jornalísticos: o informativo, o interpretativo, o opinativo, o diversional e o utilitário.

O gênero informativo é aquele que procura relatar os fatos da forma mais objetiva possível, ele pressupõe uma neutralidade por parte de quem apura as

informações, assim como do meio de comunicação em que é veiculado. Esse gênero pode assumir diversos formatos, entre os quais podemos citar a nota, que é um breve relato de um determinado acontecimento; a notícia, maior que a nota, é o registro integral de um fato. A reportagem, que seria o relato detalhado de um acontecimento, com uma maior apuração por parte do jornalista, resulta em um texto mais longo que o da notícia. Por fim a entrevista, que se constitui em um diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008, p.110).

O gênero interpretativo é aquele que além de informar sobre o acontecimento, interpretar os fatos. Entre os formatos desse gênero podemos citar a análise, onde os fatos são ponderados a fim de chegar a uma conclusão; o perfil, que seria uma biografia resumida, relata um aspecto da vida do entrevistado, geralmente retratando pessoas vivas, que pode ser realizado sem o envolvimento da personagem (ROCCO, 1999, p.1). A enquete que é uma pesquisa de opinião sobre um determinado assunto; e a cronologia, que é o levantamento de fatos considerados relevantes em ordem de acontecimento.

O gênero opinativo é aquele que expressa um ponto de vista, seja do jornalismo ou do meio de comunicação que o veicula. É considerado imparcial, pois não faz uma leitura objetiva da realidade. Podemos elencar entre os formatos desse gênero o editorial, que não é assinado e traz a posição oficial do veículo de comunicação (MELO, 1994, p.95); o comentário, que é uma avaliação de um determinado tema; o artigo, que é o desenvolvimento de uma ideia, apresentação de uma opinião ou defesa de uma tese redigida ou não por um profissional jornalista (MELO, 1994, 116). Também temos a resenha, que seria um resumo crítico de um assunto; a caricatura que é um desenho que ressalta as características físicas marcantes de uma pessoa. Já a coluna é seção especializada, assinada, publicada com regularidade e redigida em um formato mais livre do que outros gêneros, mais pessoal, ligado à personalidade daquele que redige o texto (MELO, 1994, p.136-137). Além disso, temos a carta do leitor, onde o leitor expressa sua opinião no veículo; e a crônica, que é um texto do jornalismo literário, assinado, que aborda temas do cotidiano. É um formato tipicamente brasileiro que

“designa uma composição breve, relacionada com a atualidade, publicada em jornal ou revista” (MELO, 1994, p. 145-146).

O gênero diversional tem uma função de entretenimento, no campo de variedades. Existem dois formatos de gêneros diversionais: a história de interesse humano, e a história colorida. A primeira é aquela que faz um relato impressionista de um fato através da história de um personagem; e a segunda é uma leitura impressionista de um acontecimento. Por fim, temos o gênero utilitário, que é aquele de utilidade pública, de prestação de serviço ao leitor. Entre os formatos desse gênero temos as chamadas, que indicam os assuntos aos leitores; os indicadores, que permitem aferir dados de uma determinada realidade; a cotação, que informa a cotação do valor diversos produtos; o roteiro, um guia ao leitor; e o obituário que consiste em uma nota de falecimento. É considerado uma biografia e seu registro é como um rito de passagem que marca o fim da vida (FERGUSON, 1999, p.1).

Concluimos assim que existem no mínimo cinco gêneros jornalísticos e vinte e três formatos diferenciados de unidades redacionais. Contudo, é preciso ressaltar que as divisões entre esses conteúdos não são rígidas. Por exemplo, é possível encontrar elementos opinativos em um formato do gênero interpretativo. Entretanto, o que o caracteriza como um determinado gênero será o componente que mais se destacar: a informação objetiva, a interpretação do fato, a opinião ao fato, o entretenimentos ou se é informação de utilidade pública.

REFERÊNCIAS

DIAS, P. R. **Classificando os gêneros do Jornalismo**. Cuiabá: Mimeo, 2012.

FERGUSON, J. A morte e a imprensa. In: GLOVER, Stephen. **The Penguin book of Journalism: secrets of the press**. London: Penguin Books, 1999. p. 148-160.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDITSCH, E.; SPONHOLZ, L. Bases para uma Teoria do Jornalismo 2.0. In: GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamento da Ciência dos Jornais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

ROCCO, F. Síndrome de Estocolmo: Jornalista em seqüestro. In: GLOVER, Stephen. **The Penguin book of Journalism: secrets of the press**. London: Penguin Books, 1999. p. 48-59.